

AVC p15 2-9-88

Educação e Habitação

Francisco das Chagas Machado

Conselheiro nato da ABADI

Vice-Presidente da FIABCI/BRASIL

Quais foram os temas mais polêmicos que sensibilizaram os constituintes, nesses 19 meses de trabalho para elaborar a nova Carta Magna? Certamente não foi o binômio que mais preocupa o futuro do Brasil: educação e habitação. Os constituintes preferiram discutir com amplitude e mais paixão a redução da jornada de trabalho, o direito irretido de greve, as licenças maternidade e paternidade, definição de empresa nacional, restrições ao capital de risco internacional, reservas de mercado que impedem o avanço lógico em nosso país em detrimento do consumidor e outras teses análogas. Como se não bastassem essas discussões que se inserem como matérias de legislação ordinária, as disposições transitórias premiaram o erário com rombos astronômicos em favorecimento eleitoreiro, como é o caso do perdão das dívidas das microempresas e dos numerosos trens da alegria em favor do funcionalismo público. Infelizmente o povo brasileiro não teve sorte na escolha de seus representantes legislativos, em sua maioria eleitos no engodo do plano cruzado. O sistema proporcional de eleição legislativa não representa a vontade do eleitor, na medida em que são eleitos políticos quase desconhecidos do grande público, aproveitando-se sobras de votos dos que são estrelas ou os votos de legenda. O sistema de voto distrital seria o ideal. Mas esse, os atuais políticos repudiaram não convir aos seus interesses imediatos.

O problema educacional brasileiro é muito grave. Em recente estatística divulgada pelo Tribunal Superior Eleitoral —, 67% dos eleitores brasileiros são semi-analfabetos ou analfabetos. Essa constatação, por incrível que pareça, não mereceu maiores considerações, nem uma tomada de posição por parte das autoridades responsáveis. Em contrapartida as repetidas greves dos professores retardam o ensino do ano letivo e comprometem cada vez mais a sua já débil qualidade. Podemos culpar os professores? Evidentemente que não. Eles apenas querem sobreviver à hecatombe de uma política econômica desastrosa, que não lhes possibilita um padrão de vida digna na profissão que abraçaram. Muitos são obrigados a dar aulas particulares ou em

curso diversos, num corre-corre de horários desgastantes para equilibrar seus orçamentos domésticos. Vai daí que não lhes sobra tempo para um preparo técnico das aulas que vai ministrar no dia seguinte. Os orçamentos do poder público, em todos os escalões, têm uma alíquota ridícula destinada à educação. Enquanto isso, o Governo tabela as mensalidades escolares da rede privada de ensino, nivelando por baixo sua qualidade e provocando insatisfação, tanto nessas instituições, como nos pais dos alunos. O ensino privado devia ser estimulado mas, principalmente, fiscalizando sua qualidade e eficiência. Há muita preocupação com os cursos superiores e universidades e quase um abandono de ensino de primeiro grau e com os cursos de formação técnica. Não existe um programa sério para combater as causas da evasão escolar, nem um serviço a cargo de assistentes sociais para evitar, nas escolas primárias, o crescimento dessa evasão, através de visitas às famílias ou uma orientação às crianças. Se não tivermos cuidado, dentro de 15 anos teremos no Brasil um formidável contingente de ignorantes, de semi-analfabetos, de recém-formados despreparados para a profissão que abraçaram, de universitários incompetentes. Não basta apenas portar um diploma de conclusão de um curso. É preciso merecer esse diploma. E no rastro da ignorância vem todos os problemas, desde a miséria ao crime, à desordem e a instabilidade política.

Outro grande problema para o qual não vemos solução é a moradia. O grande déficit habitacional brasileiro continua a crescer, sem qualquer perspectiva de se encontrar um encaminhamento adequado de reativar a indústria da construção civil. Já que não é possível no momento desenvolver o programa da casa própria, por que razão não se estimula o investidor privado a aplicar em imóveis destinados a locação? Simplesmente por que, para se tomar uma deliberação desse quilate, teria o Governo que mudar a legislação do inquilinato, por demais protectionista do inquilino. Isso, entretanto, não interessa aos políticos. Como a iniciativa privada ainda não é compelida na sua vontade a patrocinar um serviço

social aos que não têm teto ou não podem pagar um aluguel, aplicam seu dinheiro em outras áreas mais rentáveis. E, no momento, nada é mais rentável do que ajudar o Governo a levar com a barriga o déficit público, aplicando suas economias em papéis, como letras do Tesouro, OTN, overnight, LBC, etc. etc. A ciranda financeira é estimulada, enquanto as áreas produtivas sofrem uma taxação escorchante do fisco.

Nos países desenvolvidos o problema habitacional deixou de existir, por que a iniciativa privada aplica nesse setor maciçamente, simplesmente porque é altamente rentável. No Estado da Califórnia pode-se alugar sem maiores burocracias um imóvel, desde que o candidato prove quem renda suficiente. Não existe a figura do fiador. Não é por que qualquer pessoa seja confiável. Se o inquilino deixar de pagar seu aluguel no prazo pactuado, três dias após receberá uma citação do Juizado de pequenas causas, através do correio. Dentro dos cinco dias seguintes, se não for pagar ao advogado da imobiliária, terá seu caso julgado na Corte e será imediatamente despejado. Mesmo que o advogado de defesa consiga mais um mês de tolerância, se o aluguel não for pago, o despejo é certo. Despejado uma vez por falta de pagamento, dificilmente conseguirá o inquilino alugar qualquer imóvel naquela cidade. Os valores locativos seguem o preço de mercado que é conduzido pela velha lei da oferta e da procura. Quanto maior a oferta, mais razoável é o preço.

Enquanto não for mudada a mentalidade dos nossos governantes sobre o problema do aluguel e da legislação inquilinária, os problemas do setor continuarão os mesmos e sem qualquer perspectiva de solução, a curto ou a longo prazo.

AVC